

A VISÃO ESCATOLÓGICA DE MARX E ENGELS SOBRE O CAMPEPINATO E A VIDA LOCAL RURAL)

Cristiano Wellington Noberto Ramalho
Raimundo Nonato Pereira Moreira

Resumo

Este texto discute as questões que justificam para Marx e Engels as fragilidades sociais e econômicas do campesinato e da vida local rural diante do mundo moderno, bem como a permanência dessas idéias em gerações posteriores de estudiosos marxianos.

Palavras-chave

Sociologia rural. Vida local. Marxismo. Campesinato.

THE ESCHATOLOGICAL VISION OF MARX AND ENGELS ON THE PEASENTRY AND LOCAL RURAL LIFE

Abstract

This article discusses the reasons which justify the socioeconomic fragilities faced by the peasants and the rural local life in modernity according to Marx and Engels as well as the permanence of these ideas for the subsequent generations of Marxist thinkers.

Keywords

Rural sociology. Local life. Marxism. Peasantry.

1 Introdução

O objetivo deste texto é discutir a permanência de um discurso fatalista sobre o modo de vida camponês e rural em relação ao avanço do

Este artigo é fruto das ricas discussões possibilitadas pelo Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço (UNICAMP), através da disciplina *A questão agrária nas ciências sociais* ministrada por ele no segundo semestre de 2003 no Doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

capitalismo, bem como a incapacidade que ambos teriam para se opor ao capital. Esses argumentos, presentes em obras de Marx e Engels, vão se perpetuar, guardadas algumas singularidades, no debate de outros valiosos pensadores da tradição marxiana.

Portanto, cabe lembrar que a questão concernente à aliança política entre o operariado e o campesinato e como ela deveria ser construída não será o ponto central do texto, embora seja mencionada em alguns momentos".

2 Marxismo, campesinato e o dilema da vida local rural

As grandes rebeliões da Idade Média partiram todas do campo, mas foram totalmente malsucedidas devido à dispersão e à conseqüente rudeza dos camponeses.

Karl Marx & Friedrich Engels, *A ideologia alemã*

Por mais militantes que sejam os camponeses, o ciclo de sua labuta os acorrenta a seu destino,

Eric Hobsbawm, *Os camponeses e a política*

Em livro escrito em 1873 e lançado no ano seguinte, *O Noventa e Três (Quatrevingt-treize)*, o escritor francês Victor Hugo narra a resistência dos camponeses de Vendéia, na Bretanha, à Revolução Francesa e, conseqüentemente, à implantação da república no país. A trama e a saga dos camponeses vendeianos, que lutavam contra os adeptos da revolução burguesa e tinham como aliados os monarquistas e as florestas da Bretanha, revelam a oposição entre mundos distintos, entre passado e presente, e o antagonismo entre localismo e o ideário contido num projeto de nação. Não são poucos os momentos em que tal dilema se apresenta no corpo do livro: e, logo no início de *O Noventa e Três*, há um interessante diálogo entre o sargento do batalhão parisiense, que se desloca com seus soldados até a Bretanha para enfrentar os revoltosos, e uma mulher camponesa local perdida, com seus três filhos em uma floresta, cuja situação desnuda a oposição entre modos de ser, ver e estar no mundo. É o próprio Hugo (s.d, p. 13) quem escreve:

² Mesmo não abordando o tema aqui, um texto valioso que merece ser lido acerca da questão da permanência do campesinato no interior do capitalismo é: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. 1985. *O camponês: 11m trabalhador para o capital*. In: Cadernos de Difusão de Tecnológica - EMBRAPA . v. 2, n. 1. Brasília: jan.zabr, p. 13-78.

A mulher olhou o sargento e não respondeu.

- Compreendeu a minha pergunta?

Ela balbuciou:

- Fui enviada a um convento muito nova, porém casei-me e não sou religiosa. As freiras me ensinaram francês. A vila foi queimada e fugimos tão depressa que nem tive tempo de calçar os sapatos.

- Eu pergunto quais são as suas opiniões políticas!

- Não sei o que é isso.

O sargento explicou:

- É que há mulheres espiãs. Essas nós fuzilamos. Vamos. Fale. Você não é cigana. Qual a sua pátria?

Ela continuava olhando-o, como se não compreendesse.

O sargento repetiu:

- Qual é a sua pátria?

- Eu não sei - disse ela.

- Como! Então você não sabe qual é a sua terra?

- Ah! Minha terra, sim.

- Pois bem, qual é a sua terra?

- É a aldeia de Siscoignard, na freguesia de Aze.

Foi a vez do sargento ficar estupefato. Ficou pensativo por um momento, depois acrescentou:

- Como disse?

- Siscoignard.

- Isso não é uma pátria.

- É a minha terra.

E a mulher, após um instante de reflexão, acrescentou:

- Compreendo, senhor. Os senhores são franceses, e eu sou da Bretanha.

- E o que tem isso?

- Não é a mesma terra.

- Mas é a mesma pátria! - exclamou o sargento.

E a mulher limitou-se a responder:

- Eu sou de Siscoignard.

Acreditamos que, mesmo antes de ocorrer o diálogo entre as personagens acima, a própria idéia da mulher camponesa perdida com seus descendentes (três filhos) diante de um batalhão republicano pode, em

certo sentido, servir de metáfora e simbolizar duas questões interessantes. A solidão e o desamparo da camponesa contrastam com a unidade existente no batalhão republicano. Reforça-se, desse modo, a representação de uma nova vida que surge e que se opõe ao isolamento de uma situação anterior. Passado e presente se cruzam e se opõem, denunciando profundas diferenças. Monarquia e república. Campo e cidade. Civilização e não-civilização. Pátria e localidade. Esses são os dualismos colocados antes mesmo de efetivar-se a conversa entre o sargento e a camponesa vendeiana.

No instante em que nasce o diálogo, percebe-se, ainda mais, a disparidade entre modos de vida, e a perplexidade acaba sendo a tônica da conversa, seja de quem recebe as perguntas, seja de quem escuta as respostas. Para o sargento, a "ignorância camponesa" em relação à política e à ausência de sentimento de pátria mostram a "pequenez" da vida campesina. De outra parte, o desconhecido e o incomum daquilo que está muito além de seus laços de sociabilidade e de territorialidade revelam-se como algo incompreensível para a mulher campesina, pois o seu mundo prende-se à lógica existencial aldeã, em que a pátria e a política estatal nunca se fizeram presentes, nunca foram balizadoras de suas relações e nem das de seus entes. Seu mundo é a sua terra, "é a aldeia de Siscoignard, na freguesia de Aze" e não a França, porque o projeto de um Estado-Nação é algo incompreensível para essa mulher vendeiana. O susto do sargento representa o antagonismo e o choque entre civilizações, onde é praticamente inadmissível a presença do outro, por ser esse outro sinônimo de uma miséria material e simbólica. Por isso, sua atitude diante da resposta dada pela camponesa à pergunta "qual é a sua pátria?" revela-nos não só um ato de indignação contra a mulher, mas uma constatação lastimável das condições socioculturais sob as quais a mesma se encontra para ele: isolada e, por isso, perdida no tempo e no espaço. A condição da existência camponesa, na compreensão do militar, é tão insuportável quanto a continuidade do regime monárquico.

Diante disso, a motivação para o levante dos camponeses vendeianos, bretãos, à instauração da república na França, para Victor Hugo, seria resultado de uma ignorância produzida pela condição escrava imposta a esses rurais pela monarquia, o feudalismo e o localismo: "A Bretanha revoltou-se, achando-se oprimida por essa libertação à força. Engano habitual aos escravos." (HUGO, s.d., p. 192).

Se nos referimos aos trechos do livro *O Noventa e Três*, de Hugo, isso se justifica pelo fato de encontrarmos, guardadas certas diferenças, várias similitudes com a forma como Marx descreve e analisa o modo de vida campestre e seu comportamento político na França, em pleno período de Luís Bonaparte.

N'O 18 *Brumário*, datado de 1852, Karl Marx acredita que o isolamento e a autossuficiência material ocasionada pela pequena propriedade agrícola e pela vida na aldeia produzem uma existência de precariedades materiais que incidem em grande escala e se fazem notar a partir dos limites intelectuais dos homens e mulheres campestres. Na vida da pequena propriedade rural, as relações mútuas entre os próprios camponeses são limitadas e detentoras de um intercâmbio econômico e cultural bastante restrito. Tanto o localismo, inscrito na vida da aldeia, quanto a parcela pequena de terra produzem limitada divisão de trabalho, nulo intercâmbio com o mundo e ausência de aplicação de métodos científicos de produção. Geram também situações limitadas de vida, aprisionadas pela (e na) aldeia, como pela (e na) diminuta propriedade agrária. De acordo com essa visão, o intercâmbio estabelecido pelo camponês dá-se mais com a natureza do que propriamente com a sociedade, no que se refere às trocas construídas para obter os meios necessários à sua subsistência corporal e espiritual. Por isso, essa vida camponesa não consegue criar seres capazes de libertar a sociedade de seus grilhões, porque seus modos de existir, em grande medida, simbolizam insuficiências, são grilhões também. Segundo Marx:

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. Esse isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicações existente na França e pela pobreza dos camponeses. Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada família camponesa é quase auto-suficiente; ela própria produz

inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Uma pequena propriedade, um camponês e sua família: ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família. Algumas dezenas delas constituem uma aldeia, e algumas dezenas de aldeias constituem um Departamento. A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira que batatas em um saco constituem um saco de batatas. (MARX, 1997, p. 127).

Ademais, para Marx, o sentimento estreito e egoísta, o apego à terra e a incapacidade política de fazer-se representar - por não se constituir como uma classe organizada capaz de estabelecer rico intercâmbio entre si - acabaram jogando o campesinato francês sob o controle de Luís Bonaparte, já que este era visto pelos camponeses como uma liderança capaz de oferecer proteção e segurança à continuidade de sua vida e de sua relação com a pequena propriedade agrária, sem sofrer as ameaças de um mundo cada vez mais mediado pela economia de mercado capitalista.

Na medida em que, nas cidades e nas indústrias, os trabalhadores assalariados mantinham mais contato entre si, experienciavam situações mais complexas de existência, sentiam - sem a maquiagem da relação pessoal - a opressão patronal reveladora de seu oponente comum, acabavam tendo condições de forjar, apesar de todas as ambiguidades, uma capacidade política mais sólida enquanto classe do que o campesinato. Sem dúvida, isso não se operaria de modo mecânico, pois as tradições e experiências populares e a ação patronal ofereciam cenários plurais, e não únicos, para o fazer da consciência operária. Entretanto, o meio urbano (com seus bairros operários) e o cotidiano fabril eram terrenos mais propícios ao despertar de uma consciência e atuação política mais rica; e uma prova disso foi o grande número de sindicatos e demais organizações populares que se formaram em cidades inglesas até 1823³.

³ “Por volta de 1823, havia instituições da classe operária solidamente fundadas e autoconscientes - sindicatos, sociedades de auxílio mútuo, movimentos religiosos e educativos, organizações políticas, periódicos - além das tradições intelectuais, dos padrões

Também E. P. Thompson, em escrito sobre a classe operária inglesa, revela isso:

O empreendimento em grande escala, o sistema fabril, com sua nova disciplina, as comunidades fabris - onde o industrial não só enriquecia com o trabalho da sua "mão-de-obra", como também se podia vê-lo enriquecer no decorrer de uma única geração - tudo contribui para a transparência do processo de exploração e para a coesão social e cultural do explorado. (THOMPSON, 1987, p. 22).

Tais evidências, percebidas anteriormente por Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, faziam com que eles julgassem impossível que o ser humano progredisse em busca de sua emancipação se estivesse vinculado à condição campesina e ao seu sentimento pequeno-burguês de proprietário. Deixar o campo e o modo de vida camponês era abdicar de uma existência cercada de limites. Nesse sentido, quando a sociedade burguesa e sua hegemonia fizeram com que a cidade irradiasse sua luz sobre o campo, submetendo-o à sua dinâmica ao satelitizá-lo, retirou inúmeras pessoas da existência rural e acabou conduzindo ambos (homens e sociedade) para um novo mundo ao arrancar "uma grande parte da população do embrutecimento da vida rural" (MARX; ENGELS, 1989, p. 35).

Decerto que a cidade antecedeu ao industrialismo, contudo, a mesma não detinha a pujança que passou a ter a partir das transformações impostas pelo modelo burguês de existência, enquanto forma hegemônica que mudava tanto a vida urbana quanto a rural⁴, da mesma forma que aproximava países,

comunitários e da estrutura da sensibilidade da classe operária." (THOMPSON, 1987, p. 17).

⁴ Sobre isso Henri Lefebvre disse: "Desde então, a cidade não aparece mais, nem mesmo para si mesma, como uma ilha num oceano camponês; ela não aparece mais para si como paradoxo, monstro, inferno ou paraíso oposto à natureza aldeã ou camponesa. Ela entra na consciência e no conhecimento como um dos termos, igual ao outro, da oposição "cidade-campo". O campo? Não é mais - não é nada mais - que a "circunvizinhança" da cidade, seu horizonte, seu limite. As pessoas da aldeia? Segundo sua própria maneira de ver, deixam de trabalhar para os senhores territoriais. Produzem para a cidade, para o mercado urbano. E, se sabem que os mercadores de trigo ou madeira os exploram, encontram porém no mercado o caminho da liberdade." (LEFEBVRE, 1999, p. 24).

levando-os a contatos mais estreitos e universais. A expansão da lógica burguesa de mundo provocou um estilhaçamento do localismo, seja regional, seja nacional; colocou fim a situações que bastavam a si mesmas no plano econômico e cultural; e, mais do que isso, ao efetivar essa proximidade, em decorrência das mudanças produtivas e de comunicação, a burguesia, segundo Marx e Engels (Idem, p. 34), arrastou “na corrente da civilização mesmo as nações mais bárbaras”.

Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, desenvolvem-se um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações. E isto se refere tanto à produção material como à produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação tomam-se propriedade comum de todas. A estreiteza e o exclusivismo nacionais tomam-se cada vez mais impossíveis; das inúmeras literaturas nacionais e locais, nasce uma literatura universal. (Ibidem, p. 34).

Para Marx e Engels, apesar dos inúmeros mecanismos de dominação e da sofisticação presente neles, a hegemonia burguesa quebrou situações de precariedades profundas antes existentes na humanidade, revolucionando o campo e outros países que foram incorporados por sua dinâmica, como nenhum outro modo de produção havia feito na história. As economias locais e/ou nacionais renderam-se à força e às vantagens, de alguma forma, do processo de internacionalização imposto pela (re)produção ampliada do capitalismo. É claro que Marx reconhecia o surgimento de novas formas de exclusão, de contradições, construídas pelo capitalismo em relação à massa assalariada urbana que emergia das ruínas dos camponeses, a qual ele iria denominar de “proletários sem direitos”.⁵ Mesmo no caso dos trabalhadores assalariados agrícolas, Marx constatou uma queda brutal na renda destes e em sua qualidade de vida entre os anos de 1795 e 1814, na Inglaterra, fato

⁵ “O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios do estado, a ladroeira das terras comuns e a transformação da propriedade feudal e do clã em propriedade privada moderna, levada a cabo com terrorismo implacável. figuram entre os métodos idílicos da acumulação primitiva. Conquistaram o campo para a agricultura capitalista. incorporaram as terras ao capital e proporcionaram à indústria das cidades a oferta necessária de *proletários sem direitos*.” (MARX, 1980, livro L.v. 2, p. 850, grifo nosso).

que o fez afirmar que “de todos os animais mantidos pelo arrendatário, o trabalhador, o único que pode falar, foi, desde então, o mais atormentado, o mais mal alimentado e o mais brutalmente tratado” (MARX, 1980, livro 1, v. 2, p. 784).⁶

Entretanto, apesar dessas agruras, para Karl Marx, o modo burguês soltou as amarras de populações e nações do tradicionalismo, tanto na forma de produzir, quanto de experienciar a vida. Reduziu as relações sociais fundadas em pactos pessoais (servis, parentela, clã, linhagem e outros) em acordos mercantis, impessoais, que passaram a ser o principal mecanismo de mediação da sociedade, fato que deu a esta maior dinamismo e revelou de modo mais nítido aos trabalhadores assalariados a sua situação de exploração diante do capitalista. :

A vida local e seu reducionismo - material e espiritual - foram demolidos pela amplitude do modo de produção capitalista e seu complexo intercâmbio, que se fez cada vez mais internacional pela demanda de novos mercados e produção de novas mercadorias. É inegável que na cidade

⁶ O contexto de pobreza dos trabalhadores agrícolas emerge com força depois da luta estabelecida entre as frações da classe dominante (burguesia industrial e grandes produtores rurais), quando o setor dos industriais resolve fazer pressão para eliminar – ou ao menos reduzir - as barreiras aduaneiras que foram edificadas com vistas a proteger a produção agrícola inglesa, particularmente a da aristocracia da terra, elemento mencionado por Marx no seguinte trecho d'O *Capital*: “O tempo que imediatamente precede à revogação das leis aduaneiras relativas aos cereais lançou nova luz sobre a situação dos trabalhadores agrícolas. Era interesse dos agitadores burgueses provar que aquelas leis em nada protegiam os verdadeiros produtores do trigo. A burguesia industrial bufava de raiva contra as denúncias, relativas às condições das fábricas, feitas pelos aristocráticos das terras, contra a compaixão que esses fidalgos ociosos, corruptos e desalmados simulavam sentir pelos sofrimentos dos trabalhadores das fábricas, e contra seu “zelo velhaco” pela legislação fabril. Segundo um provérbio inglês, quando dois ladrões brigam, algo de útil acontece. Realmente, a luta ruidosa e apaixonada entre as duas facções da classe dominante, para determinar qual delas explorava mais cinicamente o trabalhador, serviu para revelar o que havia de verdadeiro dos dois lados.” (MARX, 1980, livro 1, v. 2, p. 785).

⁷ “Onde quer que tenha conquistado o Poder, a burguesia calcou aos pés as relações feudais, patriarcais e idílicas. Todos os complexos e variados laços que prendiam o homem feudal a seus “superiores naturais” ela os despedaçou sem piedade, para só deixar subsistir, de homem para homem, o laço do interesse, as duras exigências do “pagamento à vista”. Afogou os fervores sagrados do êxtase religioso, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês nas águas geladas do cálculo egoísta.” (MARX; ENGELS, 1989, p. 33).

aconteceu “um processo cumulativo relativamente contínuo: acumulação de conhecimentos, de técnicas, de coisas, de pessoas, de riquezas, de dinheiro, depois de capital” (LEFEBVRE, 1999, p. 34), diferentemente do que ocorreu no campo.

Para existir, o capitalismo e seu modo burguês de vida precisou, no início, superar o regime feudal, destituir artesãos e camponeses da situação de produtores independentes, formar força de trabalho disponível para as empresas e, depois, ultrapassar seus próprios limites, enquanto imperativo essencial para continuar sobrevivendo. Assim, o processo de acumulação primitiva tomou-se elemento crucial para o nascimento do modo de produção capitalista, sua etapa inaugural, sem a qual não poderia haver surgido o capitalismo.

O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. Quando a produção capitalista se toma independente, não se limita a manter essa dissociação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista. (MARX, 1980, livro I, v. 2, p. 830).

O capitalismo tomou a terra um bem de capital; pôs fim à propriedade comunitária; transformou a produção urbana e agrícola em valores-de-troca; fez do mercado translocal o *locus* privilegiado da vida socioeconômica; atraiu trabalhadores para o centro urbano em busca de empregos; efetivou a produção de mercadorias em larga escala; expulsou do campo famílias inteiras. Tudo isso culminou na separação dos produtores diretos (artesãos e pequenos agricultores) de seus meios de produção, ao convertê-los, tão-somente, em proprietários apenas de sua força de trabalho, enquanto etapa elementar para a geração da mais-valia. Neste sentido, a cada progresso

da economia de mercado ocorria uma intensa fragilização da economia campesina, que anteriormente bastava a si mesma.

As idéias sobre a presença do processo de acumulação primitiva estiveram implicitamente colocadas em diversas cartas enviadas por Engels ao *narodnik* (ou populista russo⁸) Danielson, entre 1891 e 1893. Nelas, denunciava a impossibilidade do camponês de continuar a existir e, por isso, de ser uma alternativa para se alcançar o socialismo, sem que a Rússia passasse pelo processo vivenciado em países da Europa Ocidental (a Inglaterra era o modelo clássico), de industrialização e proletarização"; afirmativa essa recusada radicalmente por Danielson".

Havia, portanto, na concepção de Engels, a naturalização de um caminhar histórico comum às sociedades, no que diz respeito ao aumento da expropriação e ao fim do campesinato. Lutar contra isso seria negar a própria realidade e a condição essencial para o desenvolvimento econômico e humano de um país, pois, como escreveu em carta de 15 de março de 1892, "não há como escapar aos fatos econômicos" (ENGELS, 1982, p. 219). Para ele, quem não compreendia e aceitava esse processo inexorável ia ser obrigado a fazê-lo pelos fatos, que revelariam a necessária extinção

⁸ O emprego do termo *populista* russo não possui o mesmo sentido que o conceito criado para dar conta das correntes populistas surgidas na América Latina nos meados do século XX. Sobre isso, ler: FERNANDES, Rubem César. 1982. A Rússia e o ocidente. In: (Org.). *Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. P. 11-73; NETTO, José Paulo. 1982. Introdução. In: LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Abril Cultural. P. VII-XXI.

⁹ Em missiva enviada a Danielson, no dia 22 de dezembro de 1892. Engels disse: "Uma das conseqüências necessárias da grande indústria é a *destruição* do seu mercado interno no mesmo processo que o *cria*. Ela o cria destruindo as bases da indústria doméstica camponesa. E, sem esta indústria, os camponeses não podem existir. São arruinados *enquanto camponeses*, seu poder de compra é reduzido ao mínimo e enquanto não se ajustam às novas condições de existência *proletária*, formam um pobre mercado para as fábricas que surgem." (ENGELS, 1982, p. 237, grifos do autor).

¹⁰ Em resposta a carta de Engels de 18 de julho de 1892, Danielson escreveu no dia 03 de outubro de 1892: "Se nossa sociedade deixar de procurar uma saída e ficar a contemplar silenciosamente como seus membros se degeneram e morrem, ela perderá o direito à vida, deixará de ser uma sociedade - será um corpo em estado de desintegração, cuja vida se resume a contemplar passivamente a sua própria degenerescência" (DANIELSON, 1982, p. 241).

da economia camponesa. Mas, segundo o autor expressou em nova missiva escrita em 17 de outubro de 1893, ao menos “não há nenhum grande mal histórico que não seja compensado por um progresso histórico” (ENGELS, 1982, p. 253). O fim do modo de vida camponês representava, portanto, o nascimento de uma sociedade superior.¹¹ “É infelizmente as pessoas são tão tolas que nunca conseguem reunir a coragem para apoiar o verdadeiro progresso se não são forçadas a isto por sofrimentos tão grandes, que parecem totalmente desproporcionais ao objetivo alcançado.” (ENGELS, 1982, p. 248).

Em artigo elaborado em 1894, Engels caminha na mesma direção ao chegar a afirmar que o “nosso camponês, como tudo que seja resquício de um modo de produção caduco, está condenado irremediavelmente a perecer. O pequeno lavrador é um futuro proletário.” (ENGELS, 1981, p. 63). Esse fenômeno vinha ocorrendo, particularmente, em decorrência da própria expansão da economia de mercado e de suas formas mais modernas e racionais de produção e comercialização, cujo surgimento devia-se ao desenvolvimento de sujeitos sociais mais capacitados (burgueses, proletários e empresários rurais) para instaurar uma nova dinâmica histórica. Dinâmica

¹¹ Mesmo com essa força do progresso histórico contida na referida abordagem de Engels, seria inoportuno taxar simplesmente o marxismo de evolucionista e/ou determinista, tendo em vista algumas afirmativas feitas por Marx em carta também a uma das lideranças do *narodnik*, Vera Zasulich, em 08 de março de 1881, essencialmente no que diz respeito às respostas contidas no livro *O Capital*: “A análise feita em *O Capital* não oferece, portanto, razões nem a favor nem contra a vitalidade da comuna rural, mas o estudo especial que fiz sobre ela, e cujo material pesquisei em fontes originais, convenceu-me de que esta comuna é o ponto de apoio para a regeneração social na Rússia: porém, a fim de que ela possa funcionar como tal, primeiro seria preciso eliminar as influências deletérias que a assolam por todos os lados e, então, assegurar-lhe as condições normais de um desenvolvimento espontâneo.” (MARX, 1982, p. 188). Diferentemente das respostas de Marx a Vera Zasulich, Friedrich Engels é mais ortodoxo diante dos pensadores vinculados à esquerda russa, por não abrir possibilidades de interpretação e de ação política que não sejam aquelas destinadas a um inelutável e único caminhar histórico da humanidade ao capitalismo. Por isso, recomendou Engels certa “neutralidade”, uma não resistência aos fatos históricos e, assim, a ausência de defesa do campesinato como sujeito social capaz de levar a Rússia ao socialismo: “Se eles nos agradam ou não, é outro assunto, pois, agrademo-nos ou não, os fatos continuam a ser os fatos. Quanto mais nos desvencilharmos de nossas simpatias e aversões em nossa análise, tanto melhor poderemos avaliar os próprios fatos e suas conseqüências” (ENGELS, 1982, p. 230).

essa que foi capaz de transcender espaços locais, devido às características de sua produção global denunciadora do caráter universal das novas classes sociais, ou seja, do modo de produção capitalista. Diante de tal fato, os atores locais e/ou pertencentes a momentos anteriores ao aparecimento do capitalismo (artesãos, camponeses, pescadores artesanais) não teriam força suficiente para conseguir competir, em termos econômicos e políticos, com os agentes socioeconômicos inerentes ao modelo de expansão da economia de mercado global e toda uma infraestrutura criada e fortalecida (transporte naval, essencialmente) para promover essa integração entre mercados. Então, o passado não poderia enfrentar o presente e nem o futuro.

O desenvolvimento da forma capitalista de produção rompeu o nervo vital da pequena exploração na agricultura; a pequena exploração agrícola está decaindo e marcha irremediavelmente para a ruína. A concorrência dos Estados Unidos, da América do Sul e da Índia inundou o mercado Europeu de trigo barato, tão barato que não há produtor local capaz de competir com ele. (ENGELS, 1981, p. 60).

Além de sofrer concorrência externa, os camponeses também eram vítimas dos grandes empreendimentos agrícolas modernos em suas próprias regiões, visto que estes haviam racionalizado suas etapas produtivas com o arrendamento das terras, o uso de maquinarias, adubos químicos, técnicas mais modernas de manejo produtivo e comercialização advindas de seu contato e subordinação aos conhecimentos técnico-científicos que brotaram da vida das cidades.

Tudo isso mostra que a amplitude do intercâmbio revelava a riqueza e/ou a pobreza da vida social de um agrupamento humano, de uma localidade, de um país. A capacidade de expandir-se e de estabelecer interações sociais, econômicas e culturais com outras regiões e povos denunciava o que era e como se organizava uma sociedade, e o grau de desenvolvimento que ela havia atingido. No plano da qualidade política, a vida presa ao mundo local revelava também, na compreensão de Engels, as raízes de uma suposta apatia militante do campesinato.

Em relação ao poder político, até hoje o camponês só manifestou, na maioria dos casos, uma grande apatia,

que tem raízes no isolamento da vida rural. Esta apatia da grande massa da população constitui o ponto mais sólido de apoio não só da corrupção de Paris e de Roma, como também do despotismo russo. (ENGELS, 1981, p. 59).¹²

Em certo sentido, acreditamos que essa visão de Engels pode ser comparada aos valores depreciativos atribuídos ao modo de vida dos camponeses vendeianos elaborados por Victor Hugo. A passagem abaixo ilustra esta similitude:

Se se quiser compreender a Vendéia, imagine-se este antagonismo, dum lado a revolução francesa e do outro o camponês bretão. Em face destes acontecimentos incomparáveis, ameaça imensa de todos os benefícios ao mesmo tempo, acesso de cólera da civilização, excesso de progresso furioso, melhoramento desmedido e ininteligível, coloque-se este selvagem grave e singular, este homem de olhar claro e cabelos compridos, vivendo de leite e castanhas, limitado ao seu teta de colmo, à sua sebe e ao seu fosso, distinguindo cada aldeia da vizinhança pelo som do sino, servindo-se da água unicamente para beber, tendo aos ombros uma jaqueta de couro com arabescos de seda, inculto e bordado, pintando seus vestidos, como seus antepassados Celtas pintavam seus rostos, respeitando seu amo em seu carrasco, falando uma língua morta, o que é fazer habitar um túmulo em seu pensamento, aguilhoando os bois, aguçando as foices, limpando o trigo negro, amassando o pão de centeio, venerando em primeiro lugar a charrua, e em segundo lugar a avó, crendo na Virgem-Santa e na Dama-branca, devoto do altar e também da alta pedra misteriosa erguida em meio à charneca, lavrador no campo, pescador na costa, caçador na mata, amando os seus reis, os seus senhores, os seus padres, os seus piolhos; pensativo,

¹² A maneira de minimizar a qualidade do camponês e da vida rural nunca foi um atributo exclusivo de alguns estudiosos de tradição marxiana. já que Georg Simmel, pensador neokantiano, chegou a afirmar que a vida na cidade implicava “uma consciência mais elevada e uma predominância da inteligência no homem metropolitano” (SIMMEL. 1969. p. 15).

imóvel muitas vezes durante horas inteiras na grande praia deserta, sombrio escutador do mar. *E pergunte-se depois se este cego podia aceitar aquela claridade.* (HUGO, s.d.. p. 190, grifo nosso).

De fato, a situação de ignorância, de cegueira frente ao mundo, por parte dos camponeses descritos por Victor Hugo, pode ser comparada ao embrutecimento, apatia e estreiteza da vida local rural e do camponês criticados por Karl Marx e Friedrich Engels; bem como a luz de um novo tempo denunciada em cada frase, no assombro e no próprio ato de acolhimento da campesina pelo condutor do batalhão republicano parisiense n' *O Noventa e Três* possui similitude com o processo civilizatório inerente ao modo de vida burguês/cidatino presente n' *O Manifesto do Partido Comunista*.

Não estamos, com isso, dizendo que Victor Hugo haja influenciado Marx e/ou Engels ou vice-versa - pois tal fato, além de não haver ocorrido", não é central para este texto; e nem que Marx haja elaborado um conceito rigoroso sobre o campesinato e a questão agrária, tema já analisado por Ricardo Abramovay (1998)¹⁴. O que queremos, de fato, é observar que, de certo modo, havia uma problemática comum naquele período, quando a vida camponesa e o localismo significavam, para esses autores, bloqueios ao projeto civilizatório. Situação em que os sujeitos de caráter universal- ora os republicanos, ora a burguesia e o proletariado - representavam a superação dos grilhões do tradicionalismo vinculados ao provincianismo da vida local

¹³ Aliás, no episódio referente à preparação do golpe construído por Luís Bonaparte. Karl Marx chega a tecer críticas ao comportamento político de Victor Hugo, como parlamentar na Assembléia Nacional francesa. em uma passagem do livro *O 18 Brumário*. ao acusá-lo de ser detentor de "um pretensão liberalismo" (1997. p. 65). Ademais. no prefácio da segunda edição. escrito em 1869 por Marx. ele se refere à obra escrita por Hugo - *Napoléon, le Petit* - sobre o aludido episódio da seguinte maneira: "Victor Hugo limita-se à invectiva mordaz e sutil contra o responsável pelo golpe de Estado. O acontecimento propriamente dito aparece em sua obra como um raio caído de um céu azul. Vê nele apenas o ato de força de um indivíduo. Não percebe que engrandece. ao invés de diminuir, esse indivíduo, atribuindo-lhe um poder pessoal de iniciativa sem paralelo na história do mundo" (Idem. p.13-14).

¹⁴ "[...] apesar da importância da agricultura no trabalho teórico de Marx. não existe nada neste trabalho que contemple aquilo tratado. já no final do século XIX. como o eixo de articulação da questão agrária: a produção familiar na agricultura. suas tendências e suas funções no desenvolvimento capitalista." (ABRAMOVAY, 1998, p. 32).

e dos principais agentes sociais que a perpetuavam (camponeses, artesão, pescadores artesanais)¹⁵.

Particularmente quanto às concepções de Marx e Engels sobre o modo de vida campesino e a questão local, essas vão encontrar eco e reverberar numa série de pensadores que construíram suas concepções teóricas e políticas sob sua influência, no final do século XIX e durante - podemos dizer assim - todo o século XX, com profundo impacto sobre a sociologia. Não pretendemos dizer, com isso, que as teses de Marx não devam ser levadas em conta, como instrumental rico, para que se entendam especificidades de países e/ou regiões, pois se trata do mais genial entre os pensadores sociais.

Todavia, o que nos impressiona é como suas análises vão ser reafirmadas, às vezes quase como uma 'colagem', em tempos e/ou espaços distintos, por uma gama significativa de seus seguidores, que sempre voltam a ressaltar o princípio da mediocridade do espírito camponês, que se coaduna com os limites impostos pela existência local. Além disso, percebe-se a presença, em certo sentido, de um discurso escatológico, irremediavelmente fatalista, sobre o campesinato, que vai acompanhar também gerações posteriores de alguns estudiosos marxianos.

O uso desse tipo de discurso, feito por essas gerações, não diz respeito apenas a uma abordagem metodológica, ou quanto a sua importância (fato que seria, por si só, valioso), mas tomou-se, acima de tudo, uma busca por reafirmar conclusões e teses universais do pensamento de Marx em qualquer tempo e espaço".

¹⁵ A questão do avanço do mundo moderno, do capitalismo, também foi um tema que preocupou. em 1906, o sociólogo alemão Max Weber, especialmente quando ele explicitou que, na Europa, "os últimos dois mil anos não treinaram o camponês para produzir visando o lucro" (WEBER, 2002. p. 254).

¹⁶ Em relação ao método marxiano, Georg Lukács frisou seu valor de modo brilhante: "O marxismo ortodoxo não significa, portanto, um reconhecimento sem crítica dos resultados da investigação de Marx, não significa uma "fé" numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro "sagrado". Em matéria de marxismo, a ortodoxia se refere ao *método*" (LUKÁCS, 2003, p. 64, grifo do autor).

3 As repercussões do debate de Marx e Engels nas elaborações de Lênin, Karl Kautsky, Rosa de Luxemburg, E. P. Thompson e Hobsbawm

Em um dos primeiros estudos dedicados à questão agrária sob o olhar do marxismo, publicado em 1899, Lênin analisa a entrada do capital no meio rural de uma sociedade periférica e agrária e assinala "o histórico papel progressista do capitalismo na agricultura russa" (LÊNIN, 1982, p. 206), embora reconhecendo as contradições e exclusões geradas por esse fenômeno sobre os habitantes rurais. Contudo, mesmo focalizando o caso da Rússia, é interessante observar como há, no trecho abaixo, o reforço das teses/argumentos elaborados por Marx e Engels em passagens citadas anteriormente neste trabalho, no intuito de revelar a validade universal delas.

O capitalismo destruiu o espírito estreito e provinciano; substituiu as pequenas divisões medievais dos agricultores por apenas uma **grande** divisão. que incide sobre o conjunto da nação - a divisão entre classes que ocupam lugares diferentes no sistema geral da economia capitalista. Se no passado as próprias condições da produção determinavam a fixação da massa de agricultores ao seu local de residência, a formação de diferentes modalidades e diversas regiões de agricultura comercial e capitalista só podia suscitar migrações de grandes massas da população através do país; ora, *sabemos que sem mobilidade da população é inconcebível o desenvolvimento de sua consciência e do seu espírito de iniciativa.* (LÊNIN, 1982, p. 204- 205, grifo nosso).

Ou seja, mesmo que representasse exclusão, era necessária a expansão do mundo capitalista e de suas relações sobre o meio rural e sua massa campesina, como ponto importante para o alargamento da consciência e quebra de uma suposta paralisia sociocultural e, acima de tudo, política de boa parte do povo russo.

Guardadas as devidas particularidades analíticas e inclusive históricas, o historiador marxista E. P. Thompson, ao publicar estudo na

década de 1960 sobre a formação da classe operária inglesa", chega a uma conclusão próxima no que diz respeito ao menor grau de consciência política dos homens e mulheres que habitavam o campo frente aos trabalhadores urbanos, inclusive para defender o direito à terra no século XIX, quando diz:

É uma ironia histórica que tenham sido os trabalhadores urbanos, e não os rurais, que organizaram o movimento nacional mais coerente pela devolução da terra. Alguns deles eram filhos e netos de camponeses, com o entendimento aguçado pela vida das cidades, livres da sombra do proprietário rural. Alguns – os partidários do Plano da Terra – eram tecelões e artesãos de origem camponesa [oo.] (THOMPSON, 1987, p. 66).

Contemporâneo de Thompson, o também historiador britânico Eric Hobsbawm, em artigo publicado em 1973, reafirma a noção do aprisionamento à vida local e as implicações negativas que isso representava para um processo de disputa política mais amplo, mais moderno, já que entende que "os camponeses são perfeitamente capazes de julgar a situação política local, mas sua verdadeira dificuldade está em discernir os movimentos mais amplos da política que podem determiná-la" (HöBSBAWM, 1998, p. 229).

Em 1994, Hobsbawm vai ratificar a mesma linha de raciocínio, quando analisa o terceiro mundo após a Segunda Guerra Mundial. O autor contrapõe os desejos dos defensores de uma sociedade moderna em termos sociopolíticos e econômicos frente às expectativas dos próprios camponeses acerca da questão da reforma agrária, e conclui:

Contudo, o que os modernizadores viram nela [reforma agrária] não foi o que significava para os camponeses,

¹⁷ Thompson – além de revelar que a consciência operária também resultou de experiências camponesas e artesãs, não se iniciando do zero – descreve e analisa como havia, no imaginário dos trabalhadores urbanos, um ideal da aldeia comunitária camponesa, na qualidade de algo mais justo e menos opressor do que a vida na cidade e a situação de assalariados da indústria, fundamentalmente inspirado no *owenismo*, Thompson (1987, p. 64) escreveu: "É possível que seus vestígios perdurem até hoje, nessa ânsia por pequenos lotes e hortas. A terra carrega sempre outras conotações – de status, segurança e direitos – mais profundas do que o simples valor da colheita."

desinteressados por problemas macroeconômicos e vendo a política nacional de uma perspectiva diferente da dos reformadores da cidade. e cuja exigência de reforma agrária não se baseava num princípio geral. mas em reivindicações específicas (HOBBSAWM. 1995. p. 349).¹⁸

Retomando às idéias de Lênin, percebemos que a "marcha para o progresso" iria vitimar a permanência camponesa ao aumentar sua miséria e causar também sua proletarização, levando, assim, à descarnpnização." De fato, como Marx e Engels, Lênin acreditava na concentração e intensificação das relações entre duas classes sociais antagônicas (burgueses e proletários) como processo inerente ao próprio capitalismo.

O campesinato antigo não se "diferencia" apenas: ele deixa de existir. se destrói. é inteiramente substituído por novos tipos de população rural. que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista. Esses novos tipos são a burguesia rural (sobretudo a pequena burguesia) e o proletariado rural - a classe dos produtores de mercadorias na agricultura e a classe dos operários agrícolas assalariados. (Idem, p. 114).

Perder a pequena parcela de terra e tomar-se assalariado representava entrar num mundo de relações sociais e de consciência política avançadas, pois a propriedade da terra impelia o camponês para um suposto isolamento e para a inexistência de sentimento comunitário. Aqui, Lênin reafirma também a tese do apego do camponês à propriedade e as implicações negativas para

¹⁸ Caminhando em sentido inverso a tais conclusões. James Petras **escreveu** um emblemático artigo. no ano de 1997. em que discute o papel importante que os movimentos sociais rurais tiveram na América Latina para se contrapor à hegemonia neoliberal no continente, tomando-se a principal força de esquerda na região : PETRAS. James. 1997. As esquerdas e as novas lutas sociais na América Latina. In: *LI/tas Sociais*. n. 2. São Paulo: 1º. semestre. p.5-18.

¹⁹ "Observamos que o processo de decomposição dos pequenos agricultores em patrões e operários agrícolas constitui a base sobre a qual se forma o mercado interno na produção capitalista:" (LÊNIN, 1982. p. 35).

uma lógica cooperada que isso trazia, particularmente para a adoção de um modelo de produção coletiva:

O que impede o pequeno produtor (o artesão e o camponês) de passar à produção coletiva é o ínfimo desenvolvimento da solidariedade e da disciplina, seu isolamento, seu "fanatismo de proprietário", notório não apenas entre os camponeses da Europa Ocidental como também, acrescentamos, entre os camponeses "comunais" russos [...] (LÊNIN, 1981, p. 92).

Desse modo, segundo Lênin, o pequeno agricultor era um sujeito fadado ao desaparecimento cedo ou mais tarde, devido ao progresso do capitalismo e por conta de seus limites políticos e econômicos, para ser uma alternativa à expansão do capital.

A inserção mais incisiva da economia mercantil na sociedade russa levaria ao aumento da proletarização, inclusive no campo, e à completa subordinação da vida rural ao meio urbano, ocasionando, dentre outras coisas, o esfacelamento do campesinato, cujo início dar-se-ia pela criação de contradições entre os pequenos agricultores e, em consequência, pelo crescimento da categoria dos camponeses pobres entre eles. Linhart (1983, p. 39) expõe que, na compreensão de Lênin, esses pequenos produtores agrícolas pobres constituíam os "aliados naturais no campo" do proletariado, tendo em vista que eles eram as maiores vítimas da força da expropriação capitalista.

Para Lênin, o que interessava ao mercado capitalista era de que modo ele podia conseguir extrair mais renda dos produtores, não importando que isso significasse a expropriação destes e causasse a passagem deles à situação de assalariados. O momento de proletarização seria parte da formação do mercado interno, do desenvolvimento e da ampliação da lógica societária burguesa na Rússia.

[...] para o mercado, o que importa não é o bem-estar do produtor, mas os seus meios pecuniários disponíveis; o declínio do bem-estar de um camponês patriarcal, que antes praticava uma economia predominantemente natural, é perfeitamente compatível com o aumento do

volume de recursos pecuniários em suas mãos, pois quanto mais esse camponês se arruína tanto mais é forçado a recorrer à venda de sua força de trabalho e maior é a parte dos meios de subsistência (mesmo que sejam os meios exíguos) que ele deve adquirir no mercado. (LÊNIN, 1981,p.16).

Sendo assim, caberia ao camponês sujeitar-se ao inevitável desenrolar histórico e aliar-se ao proletariado como única possibilidade para enfrentar o capitalismo, não mais na qualidade de produtores individuais, mas como sujeitos vinculados à construção de uma propriedade social coletiva de cunho estatal, abdicando, dessa maneira, da condição campesina. A condição de proprietário, além dos limites econômicos, era enxergada como um aspecto que poderia fragmentar a luta dos trabalhadores ao manter o desejo da posse privada dos meios de produção em uma parcela da população desfavorecida. A propriedade social seria, então, a antítese do desejo individualista, limitado e inviável economicamente.

Enfrentar o capitalismo assentando-se na pequena propriedade privada seria, na compreensão de Lênin, algo impossível de ser feito. A situação plausível para que os camponeses pudessem sobreviver enquanto produtores rurais era a de que eles fizessem parte de organizações cooperadas estatais onde todos se convertessem em trabalhadores agrícolas. O autor deixa isso evidente em um texto escrito em 1901:

Qual é a saída, que meios devem ser utilizados para melhorar a sorte do camponês? Os pequenos camponeses não podem libertar-se do jugo do capital senão aderindo ao movimento operário e ajudando os operários a lutar pelo regime socialista, pela conversão da terra e dos demais meios de produção (as fábricas, as máquinas, etc.) em propriedade social. Procurar salvar o campesinato, defendendo a pequena exploração e a pequena propriedade contra o impulso do capitalismo, significaria frear inutilmente o desenvolvimento social, enganar o camponês com a ilusão de um possível bem-estar sob o capitalismo e dividir as classes trabalhadoras, criando uma situação privilegiada para uma às expensas da maioria. (LÊNIN, 1978, p. 24).

Em livro dedicado exclusivamente à questão agrária e publicado também em 1899, Kautsky chega à mesma conclusão, na medida em que confirma a incapacidade de pequenos proprietários agrários de desenvolver sólido sistema de cooperação, forte o suficiente para se opor ao modo de produção global e racionalizado do capitalismo. A tradição das lógicas cooperadas camponesas traria o peso negativo do passado e da produção e sociabilidade locais, e quando conseguisse funcionar de modo bem-sucedido seria facilmente apropriada e subordinada ao desenvolvimento do capitalismo no campo. Para Kautsky, o sistema camponês de produção, mesmo cooperado, nunca poderia ser alternativo ao capitalismo, no sentido da superação deste.

[00.] sob o regime da propriedade particular dos meios de produção a forma comunitária de propriedade jamais tem condições de tomar-se universal; todas as tentativas (bem-sucedidas) já feitas nesse sentido, mais cedo ou mais tarde acabaram entrando na linha capitalista. É, pois, apenas sob a forma da propriedade social que os meios de produção têm condições de se tomar em propriedade em termos cooperativos. (KAUTSKY, 1986, p. 276).

Tais teses sobre organizações coletivas camponesas já estavam presentes também em um texto de Engels lançado em 1875, que advertia acerca da impossibilidade de formas de cooperação tradicionais camponesas de trabalho – particularmente o *artel* – constituírem-se em oposição consistente ao capitalismo, pois acabariam sendo usadas como mais um dos mecanismos de exploração efetivados pelo capital.

Os *artéis* são fundados sobre a base de um contrato firmado por todo os seus componentes. Se seus membros não podem reunir o capital necessário, o que ocorre com frequência, por exemplo, na produção de queijos e na pesca (para a compra de redes, barcos etc.), o *artel* cai nas garras do usurário, que lhe empresta, a juros exorbitantes, o dinheiro requerido e que, a partir deste momento, se apropria da maior parte das rendas que o *artel* obtém com seu trabalho. Contudo, são ainda mais ignominiosamente explorados os *artéis* que se alugam coletivamente a um

patrão como um conjunto de trabalhadores assalariados [...] O predomínio que esta forma tem na Rússia prova, naturalmente, que existe no povo russo uma acentuada tendência à associação, mas não demonstra, absolutamente, que este povo possa saltar, ajudado por esta tendência, do *arte!* para a sociedade socialista. (ENGELS, 1982a, p. 148-149, grifos do autor).

Com a idéia do iminente fim do pequeno agricultor e de seus limites para construir caminhos de oposição ao capitalismo, mais uma vez reforçava-se o argumento do proletariado como sujeito mais capaz para realizar a revolução socialista também em Kautsky, particularmente devido aos atributos espirituais, à capacidade técnica de produção e ao grande crescimento numérico da classe assalariada, em detrimento da queda da quantidade de camponeses.

O proletariado não conta apenas com todas as vantagens de sua inteligência superior que a vida urbana lhe confere, com as vantagens de sua melhor organização e com o treinamento de suas forças, bem como, ainda, com o domínio que a indústria exerce sobre a agricultura, mas conta igualmente com a vantagem de sua superioridade numérica que no presente já se faz sentir. (KAUTSKY, Idem, p. 28 I).

Essa concepção de Kautsky vai a favor da tese referente ao desaparecimento gradual dos pequenos produtores agrícolas e de sua apatia política e intelectual, bem como da pobreza material e espiritual da existência rural.²⁰

²⁰ “O desenvolvimento capitalista atua, no entanto, de forma diferente sobre o campo e sobre a cidade. No campo ele não une, mas dispersa as pessoas. Esse desenvolvimento também não leva apenas a um despovoamento relativo do campo. A certa altura de sua evolução o desenvolvimento capitalista chega mesmo a produzir um despovoamento em termos absolutos. E são precisamente os elementos mais competentes, mais enérgicos e mais inteligentes que são atraídos do campo para a cidade. Apenas os mais fracos e incapazes são os que acabam ficando. Esse despovoamento do campo faz-se acompanhar, inclusive, de uma decadência em termos de nível intelectual da população remanescente.” (KAUTSKY, 1986, p. 282).

Se o avanço ou decomposição da economia camponesa não ocorria em algumas localidades, devia-se, segundo Rosa Luxemburg em ensaio redigido em 1913, às características ecológicas da agricultura (tempo de colheita e de criação dos animais) e aos ciclos naturais aos quais se encontrava submetida a vida das pessoas que moravam no campo (sazonalidade de trabalho), ajudando, de alguma maneira, a conservar “o caráter de uma produção até certo ponto primitiva e doméstica que depende em grau muito menor do mercado e das revoluções que neste se dão” (LUXEMBURG, 1988, p. 245).

Este fator permitiu, dentre outras coisas, a continuidade da produção camponesa como força de trabalho de reserva da grande propriedade, a ser empregada em temporadas de colheita ou de plantio, situação que tomou o campo local portador de maior conservadorismo produtivo, cultural e político. “Desta maneira surgem as condições que propiciam artificialmente a existência da pequena propriedade camponesa junto com *seu inerente atraso e sua miséria cultural*” (Idem, p. 245, grifo nosso), decorrentes dos seus contatos pífios com o mundo mais amplo da produção, sociabilidade e circulação mercantil. Nesse caso, essa permanência tem a ver menos com a força da pequena propriedade rural e mais com certas condições naturais do campo e a debilidade e/ou estratégia econômica do capitalismo.

Essa conclusão já estava exposta em teses defendidas por Karl Kautsky acerca da importância do campesinato para o latifúndio anos antes, tanto no que se refere a sua não concorrência em termos de produção de mercadorias, quanto ao fato de ser o pequeno estabelecimento agrícola um celeiro valioso de mão-de-obra para a grande propriedade agrária”. Dessa maneira:

²¹ “Esse empenho que existe por parte do latifúndio, de colaborar na multiplicação do pequeno estabelecimento, nos mostra claramente o quanto é errônea a explicação segundo a qual o estabelecimento agrícola vem se mantendo graças à sua capacidade competitiva em relação ao grande. Pelo contrário, ele subsiste precisamente porque já não é mais considerado um concorrente deste último, vendendo os mesmos produtos agrícolas que este seu vizinho, o grande estabelecimento, também produz. É esse o papel que o pequeno estabelecimento *deixa de desempenhar* sempre que, ao seu lado, passa a desenvolver-se um grande estabelecimento de cunho capitalista. O pequeno estabelecimento deixa de ser *vendedor* e passa à condição de *comprador* do produto que o grande estabelecimento ‘produz em excesso’. A mercadoria que ele mesmo produz em abundância é precisamente o meio de produção de que o grande estabelecimento agrícola tanto necessita, ou seja, a *mão-de-obra*.” (KAUTSKY, 1986, p. 147, grifos do autor).

Quando a situação chega a esse ponto, o grande estabelecimento deixa de excluir o pequeno, e vice-versa, passando um a condicionar o outro reciprocamente, como acontece com o capitalista e o proletário; vai acontecer ainda que o pequeno lavrador assumirá, também cada vez mais, o caráter deste último em relação ao grande estabelecimento agrícola. (KAUTSKY, 1986, p. 147).

Ademais, reputava o autor a submissão do pequeno agricultor à sua autoexploração, que chegava a levá-lo à subalimentação e à superexploração de sua própria força de trabalho e de sua família. Segundo Kautsky (Idem, p. 100), "o pequeno lavrador não só mete o chicote em si mesmo, mas dele também se serve para pôr a trabalhar, igualmente, a sua família?"; e

²² Karl Kautsky relata, através de inúmeras citações de textos, o grande uso que as unidades camponesas faziam do trabalho infantil, chegando a dizer que: "Existem regiões na Baviera e na Áustria, principalmente, em que os camponeses discordam do ensino público obrigatório até a idade de 14 anos; chegam mesmo a exigir ou nisso insistem, pelo menos, que a idade escolar obrigatória não ultrapasse a faixa dos 12 ou 13 anos" (1986, p. 101), havendo casos de empregarem filhos de 7 anos de idade na faina agrícola. Entretanto, esqueceu ou omitiu Kautsky que esse não era um problema exclusivo do meio rural, já que o próprio Marx denunciava, em seu livro *O Capital*, a existência de vários inquéritos parlamentares sobre a exploração do trabalho infantil em indústrias de cerâmica, entre 1860 e 1863, nas cidades inglesas. Em relação a isto, escreveu Marx. (1980, livro I, v. 1, p. 276): "A indústria cerâmica de Staffordshire foi objeto de três inquéritos parlamentares durante os últimos vinte e dois anos. Os resultados deles figuram nos seguintes relatórios: o de Scriven de 1841, dirigido aos "Childrer's Employment Commissioners", o do Dr. Greenhow de 1860, publicado por determinação do diretor médico do Conselho Privado ("Public Health, 3rd Report", I, 102 a 113) e finalmente o de Longe de 1863. Para nosso estudo basta extrair alguns depoimentos de crianças exploradas, encontrados nos relatórios de 1860 a 1863. Pelo que ocorre com as crianças pode-se deduzir o que se passa com os adultos, principalmente com meninas e senhoras, numa indústria ao lado da qual a fiação de algodão e outras atividades semelhantes pareceriam agradáveis e saudáveis." Mais adiante afirma Marx, particularmente em relação às fábricas de fósforos que se desenvolveram depois de 1845 na Inglaterra, em Londres, Liverpool, Bristol, Norwich, Newcastle e Glasgow: "A metade dos trabalhadores são meninos com menos de 13 anos e adolescentes com menos de 18 anos. Essa indústria é tão insalubre, repugnante e mal afamada que somente a parte mais miserável da classe trabalhadora, viúvas famintas etc., cede-lhe seus filhos, 'crianças esfarrapadas, subnutridas, sem nunca terem freqüentado escola'." (MARX, 1980, livro I, v. 1, p. 279).

prosseguia dizendo, *de* maneira enfática, a quem defendia a “qualidade” da economia campesina diante do grande estabelecimento agrícola:

É necessário ser um admirador fanático da pequena propriedade para ver qualquer vantagem nessa coação que ela exerce sobre seus trabalhadores, coação que os transforma em simples animais de carga e cuja vida toda, exceto nas horas de dormir ou de comer, não passa de tempo exclusivamente dedicado ao trabalho. (Ibidern, p. 100).

Diante disso, julgava Kautsky que a vida do proletariado era superior em termos económicos e culturais à existência camponesa, por não viver aquele sob uma "miséria suja e degradante" (op. cit., p. 104) como o pequeno produtor rural. Segundo ele, "mesmo no campo o trabalhador assalariado se considera uma pessoa, não um animal de carga; as necessidades dele são maiores que as do pequeno lavrador. *Ele apresenta um grau de cultura mais elevado que o deste último.*" (op. cit., p. 104-105, grifo nosso). Fica claro que, para o autor, a permanência do campesinato significava a continuidade de diversas esferas do atraso: econômica, cultural, científica e política.

Voltando a Karl Marx, este autor vai externar que a sobrevida do camponês francês ocorreu por ser vital à geração de capital, a partir do pagamento da hipoteca da terra, da renda da terra, aos usurários urbanos (bancos, comerciantes, por exemplo), o que acabou ampliando a miséria e a exploração dos pequenos produtores agrícolas, levando-os a ter uma vida precária para poder pagar juros pelo arrendamento do solo e manter sua posse da terra a todo custo.

Mas no decorrer do século XIX, os senhores feudais foram substituídos pelos usurários urbanos; o imposto feudal referente à terra foi substituído pela hipoteca: a aristocrática propriedade territorial foi substituída pelo capital burguês. A pequena propriedade do camponês é agora o único pretexto que permite ao capitalista retirar lucros, juros e renda do solo, ao mesmo tempo que deixa ao próprio lavrador o cuidado de obter o próprio salário como puder. A dívida hipotecária que pesa sobre o solo francês impõe ao campesinato o pagamento de uma soma

de juros equivalentes aos juros anuais do total da dívida britânica. A pequena propriedade, nessa escravização ao capital a que seu desenvolvimento inevitavelmente conduz, transformou a massa da nação francesa em trogloditas. Dezesseis milhões de camponeses (inclusive mulheres e crianças) vivem em antros, a maioria dos quais só dispõe de uma abertura, outros apenas duas e os mais favorecidos apenas três. E as janelas são para uma casa o que os cinco sentidos são para a cabeça. A ordem burguesa, que no princípio do século pôs o Estado para montar guarda sobre a recém-criada pequena propriedade e premiou-a com lauréis, tomou-se um vampiro que suga seu sangue e sua medula, atirando-o no caldeirão alquimista do capital. (MARX, 1997, P 131-132).

Em situações como a da Irlanda, Marx analisa que parte da população rural, que continuava no campo, dedicava cada vez menos seu trabalho à atividade agrícola e mais a outros ramos produtivos, principalmente a partir da terceirização de sua força de trabalho a empresas confeccionadoras de camisas, que fez da miséria da população rural "a base de gigantescas fábricas de camisas" (MARX, 1980, livro 1, v. 2, p. 819). Ou seja, "encontramos aí o já descrito sistema de trabalho a domicílio, que cria trabalhadores supérfluos por meio de salários de fome e de trabalho excessivo" (MARX, 1980, livro 1, v. 2, p. 819).

Segundo a noção marxiana, todas essas chagas sociais tomariam impraticável a existência da vida camponesa ao longo do tempo, porque fazia da proletarianização algo iminente. A economia campesina não conseguiria mais garantir o sustento da família, como havia realizado séculos antes. Sucumbiria diante de uma nova realidade econômica. Sua produção, de caráter limitado, seria frágil no enfrentamento de produtos advindos do grande empreendimento agrário e da concorrência comercial com produtos agropecuários provenientes de outras partes do globo. Sendo assim, o fim do campesinato e sua conversão em assalariados estaria no horizonte próximo da história.

4 Algumas considerações finais

O tema da Questão Agrária e do Campesinato continua sendo algo não resolvido no campo da esquerda. Para que isto seja notado, basta mencionar a própria polêmica que envolve o MST, no caso de sua idéia sobre áreas coletivas nos assentamentos, e os limites que algumas lideranças ainda enxergam na posse da propriedade rural camponesa, bem como centenas de estudos acadêmicos que emergem das universidades a cada ano sobre a temática mencionada. Ademais, o próprio dilema que envolve a capacidade dos sujeitos sociais locais e de seus modos tradicionais de existência de responder ao capitalismo global sem se deixar sucumbir a ele permanece também bastante atual.

As teses edificadas por Marx e Engels continuam, assim, dialogando com o nosso tempo e inspirando novas gerações de pensadores sociais, pela força que possuem para explicar inúmeras situações e realidades. De fato, não podem e nem devem ser descartadas, mas entendidas como elementos essenciais para se avaliar o debate presente e os estágios pelos quais passou e no qual se encontra o modo de produção capitalista. Todavia, devem essas teses ser compreendidas sob diferentes aspectos: por um lado, como resultado do tempo em que viveram esses autores e dos elementos socioeconômicos e políticos inerentes às suas épocas; e, por outro, pela capacidade que ainda têm de explicar o nosso momento sem dogmatismos e imposições analíticas arbitrárias, levando-se em conta a riqueza metodológica que respaldaram suas conclusões.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. 1998. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2ª. ed. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Hucitec.
- DANIELSON, N. F. 1982. N. F. Danielson a F. Engels. In: FERNANDES, Rubem César (Org.). *Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. P. 205-251.
- ENGELS, Friedrich. 1981. O problema camponês na França e na Alemanha. In: SILVA, José Graziano; STOLCKE, Verena (Orgs.). *A questão agrária:*

Weber, Engels, Lênin, Kautsky e Chayanov. São Paulo: Brasiliense. P. 59-80.

_____. 1982. N. F. Danielson e F. Engels. In: FERNANDES, Rubem César (Org.). *Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. P. 205-251.

_____. 1982a. A questão social na Rússia. In: FERNANDES, Rubem César (Org.). *Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. P.141-155.

HOBSBAWM, Eric. 1998. Os camponeses e a política. In: _____. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. 2ª. ed. São Paulo: Paz e Terra. P.215-239.

_____. 1995. *Era dos extremos: o breve século XX - 1914-1991*. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras.

HUGO, Victor. S.d. *O Noventa e três*. São Paulo: Martins.

LEFEBVRE, Henri. 1999. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. 1978. *O Problema Agrário 1*. Belo Horizonte: História; Aldeia Global.

_____. 1981. O capitalismo na agricultura: o livro de Kautsky e o artigo do senhor Bulgákov, In: SILVA, José Graziano; STOLCKE, Verena (Orgs.). *A questão agrária: Weber, Engels, Lênin, Kautsky e Chayanov*. São Paulo: Brasiliense. P. 81-126.

_____. 1982. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Abril Cultural.

LINHART, Robert. 1983. *Lênin, os camponeses, Taylor*. Rio de Janeiro: Marco Zero.

LUKÁCS, Georg. 2003. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes.

LUXEMBURG, Rosa. 1988. *A questão nacional e a autonomia*. Belo Horizonte: Oficina de Livros.

KAUTSKY, Karl. 1986. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultura.

MARX, Karl. 1980. *O capital: crítica da economia política*. Livro I, v. I. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

__ __ __. 1980. *O capital: crítica da economia política*. Livro I, v. 2. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

__ __ __. 1982. Vera Zasulitch e Karl Marx. In: FERNANDES, Rubem César (Org.). *Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. P. 169-188.

_____. 1997. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. T', ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. 1989. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Anita Garibaldi.

SIMMEL, Georg. 1969. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar. P. 13-28.

THOMPSON, E. P. 1987. *A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão*. 3. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. V. 2.

WEBER, Max. 2002. Capitalismo e sociedade rural na Alemanha. In: _____. *Ensaio de sociologia*. 5ª edição. Rio de Janeiro: LTC Editora. P.253-267.

ZASULITCH, Vera. Vera Zasulitch e Karl Marx. In: FERNANDES, Rubem César (Org.). *Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. P. 169-188.